



ATA N.º 5/2023

_____ Aos **vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três**, nesta Vila de Alcanena, no Auditório dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Alcanena, em sessão ordinária, pelas 20h30m, convocada por edital datado de dezoito do corrente mês de setembro, com a Mesa assim constituída: _____

_____ **Presidente: Tereza Madalena Inácio Cadete Sampainho;** _____

_____ **Primeira Secretária: Isabel Vieira Luís;** _____

_____ **Segundo Secretário: Hugo Miguel Calado Santos.** _____

ORDEM DE TRABALHOS

_____ **PONTO 1** – Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, respetiva Situação Financeira e Relação de Processos Judiciais em curso. (Para conhecimento) _____

_____ **PONTO 2 – ATA:** _____

_____ – Ata n.º 3/2023, da Sessão Ordinária, realizada no dia 23/06/2023. (Para deliberação) _____

_____ – Ata n.º 4/2023, da Sessão Extraordinária, realizada no dia 21/07/2023. (Para deliberação) _____

_____ **PONTO 3** – Transferência de Competências no Domínio da Saúde – Aceitação do Auto de Transferência. Documento ref.ª 16173/2023. (Para deliberação) _____

_____ **PONTO 4** – Transferência de Competências de Gestão do Património Imobiliário Público sem Utilização para os Municípios – Fábrica de Covão do Coelho. Documento ref.ª 21393/2023. (Para deliberação) _____

_____ **PONTO 5** – 4.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e da Receita e Grandes Opções do Plano – Ano de 2023. Documento ref.ª 22913/2023. (Para deliberação) _____

_____ **PONTO 6** – Constituição da Comissão Comemorativa dos 50 Anos do 25 de Abril. – Dois elementos – um jovem e um sénior – indicados por cada força política representada na Assembleia Municipal. Documento ref.ª 19334/2023. (Para deliberação) _____

_____ **PONTO 7** – Nomeações em regime de substituição de, Lucinda Maria Silva Simões, para ocupação do cargo de Direção Intermédia de 2.º grau (chefe de divisão) da Divisão de Desenvolvimento Organizacional, Gestão Financeira e Patrimonial; e de Maria João Café Ferreira, para ocupação do cargo de direção intermédia de 3.º grau, da Subunidade de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental – Abertura de procedimentos de recrutamento. Documento ref.ª 19582/2023. (Para deliberação) _____

_____ **PONTO 8** – Comemoração do Dia Internacional da Juventude – 2023. Documento ref.ª 19419/2023. (Para ratificação) _____

_____ **PONTO 9** – 1º Relatório de Monitorização e Acompanhamento dos trabalhos da Estratégia Local de Habitação de Alcanena. Documento ref.ª 20724/2023. (Para conhecimento) _____



_____ **PONTO 10** – Relatório de Acompanhamento Semestral da Atividade do Município pelo ROC
– 1.º Semestre de 2023 (Para conhecimento) _____

_____ – Relatório de Acompanhamento Semestral da Atividade do Município pelo ROC – 1.º
Semestre de 2023 – CMA (Para conhecimento) _____

_____ – Adenda ao Relatório de Acompanhamento Semestral da Atividade do Município pelo ROC
– 1.º Semestre de 2023 (Para conhecimento) _____

_____ **PONTO 11** – LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – Compromissos
Plurianuais Assumidos no Período de 01/06/2023 a 31/08/2023. Documento ref.ª 22095/2023. (Para
conhecimento) _____



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Pelos vinte horas e cinquenta e cinco minutos, a Senhora Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão. _____

Análise dos pedidos de substituição

1 – Pedido de substituição apresentado por Rafaela Rosa Lopes Venda. _____

Presente o e-mail datado de 18 de setembro corrente, no qual a Deputada **Rafaela Rosa Lopes Venda**, eleita pelos Cidadãos por Alcanena-Concelho com Futuro-PPD/PSD.CDS-PP.MPT, solicita a sua substituição para esta sessão por se encontrar fora do País. _____

Face ao pedido de substituição referido, foi convocado o Senhor **Marco Bruno de Matos Serra**, cidadão seguinte na ordem da respetiva lista, **que preencheu a vaga** nos termos dos artigos 78.º e 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação: Tomado conhecimento. _____

2 – Pedido de substituição apresentado por Ana Cristina Viegas Espada Lopes Fresco

Presente o e-mail datado de 21 de setembro corrente, no qual a Deputada **Ana Cristina Viegas Espada Lopes Fresco**, eleita pelos Cidadãos por Alcanena-Concelho com Futuro-PPD/PSD.CDS-PP.MPT, solicita a sua substituição para esta sessão por motivos de saúde. _____

Face ao pedido de substituição referido, foi convocado o Senhor **Paulo Jorge Marques Frazão**, cidadão seguinte na ordem da respetiva lista, **que preencheu a vaga** nos termos dos artigos 78.º e 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação: Tomado conhecimento. _____

3 – Pedido de substituição apresentado por Bruno Miguel Simões Quaresma Santos.

Presente o e-mail datado de 21 de setembro corrente, no qual o Deputado Bruno Miguel Simões Quaresma Santos, eleito pelo PS – Partido Socialista, solicita a sua substituição para esta sessão.

Face ao pedido de substituição referido, foram convocados os Senhores Nuno Miguel Gomes Fragoso e João Pedro Gonçalves Rodrigues, cidadãos seguintes na ordem da respetiva lista, que informaram não poder comparecer. _____

Assim, foi convocada a Senhora **Ana Maria Santos Neto**, candidata seguinte na respetiva lista, **que preencheu a vaga** nos termos dos artigos 78.º e 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. _____

4 – Pedido de substituição apresentado por Maria Margarida Duque Pessegueiro.

Presente o e-mail datado de 22 de setembro corrente, no qual a Deputada Maria Margarida Duque Pessegueiro, eleita pelo PS – Partido Socialista, solicita a sua substituição para esta sessão.

Face ao pedido de substituição referido, foi convocado o Senhor Carlos Manuel Ferreira Correia, cidadão seguinte na ordem da respetiva lista, que informou não poder comparecer. _____



Assim, foi convocada a Senhora **Maria Fernanda Dias Pereira da Costa**, candidata seguinte na respetiva lista, **que preencheu a vaga** nos termos dos artigos 78.º e 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação: Tomado conhecimento.

5 – Pedido de substituição apresentado Tânia Maria Martins Silva.

Presente o e-mail datado de 26 de setembro corrente, no qual a Deputada **Tânia Maria Martins Silva**, eleita pelo PS – Partido Socialista, solicita a sua substituição para esta sessão.

Face ao pedido de substituição referido, foi convocado a Senhora **Carla Alexandra Varela Nobre Ramos**, cidadã seguinte na ordem da respetiva lista, **que preencheu a vaga** nos termos dos artigos 78.º e 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação: Tomado conhecimento.

6 – Pedido de substituição apresentado por Carla José Mendes Pereira.

Presente o e-mail datado de 28 de setembro corrente, no qual a Deputada **Carla José Mendes Pereira**, eleita pela CDU – Coligação Democrática Unitária, solicita a sua substituição para esta sessão, por motivos profissionais.

Face ao pedido de substituição referido, foi convocado o Senhor Ricardo Nuno Agostinho Nogueira, candidato seguinte na respetiva lista, o qual informou que não podia comparecer.

Assim, foi convocado o Senhor **Ivo Monteiro dos Santos**, candidato seguinte na respetiva lista, **que preencheu a vaga** nos termos dos artigos 78.º e 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação: Tomado conhecimento.

7 – Informação de Álvaro Santos Capaz Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Moitas Venda.

Presente o e-mail datado de 29 de setembro corrente, no qual **Álvaro Santos Capaz Gonçalves**, Presidente da Junta de Freguesia de Moitas Venda, informa que, por motivos de saúde, não poderá estar presente na Sessão e será substituído pela Tesoureira da mesma Junta, Senhora **Sónia Antunes Martins**.

Deliberação: Tomado conhecimento.

Pelas vinte horas e cinquenta e nove minutos, procedeu-se à chamada dos Membros da Assembleia, sendo feito o respetivo registo, verificando-se a presença de vinte e sete Membros:

Isabel Vieira Luís, Hugo Miguel Calado Santos, Silvestre Luciano Gonçalves Pereira, Duarte Nuno Cruz Fonseca, Carla Maria Jorge Batista, Nuno Miguel Silvério Duarte Marques, Carla Alexandra Varela Nobre Ramos, Patrícia Santos Louro Anacleto, António Manuel Mina Duque, Ivo Monteiro dos Santos, Ana Maria Santos Neto, Paulo Jorge Marques Frazão, Inácia Cristina Avelino Rodrigues, Marco Bruno de Matos Serra, Pedro Nuno Mafra Calado, João António Gomes Calçada, Maria Fernanda Dias Pereira da Costa,



Vanessa Maria Alegre Silva Ferreira Bernardo, Maria Judite Jorge Sacramento Reis Carvalho, Luís Miguel Martins Cândido, Luís Carlos Lourenço Salgueiro, Joaquina de Fátima Espiguiha Proença Ramalho, Sónia Antunes Martins, Samuel Marques Frazão, António Armando Frazão Silva, Edgar Fernando Teixeira Pereira e Tereza Madalena Inácio Cadete Sampainho, Presidente da Assembleia Municipal. _____

_____ **Membros do Órgão Executivo presentes nesta sessão:** _____

_____ Encontravam-se presentes os seguintes Membros do Órgão Executivo: _____

_____ – **Presidente da Câmara:** Rui Fernando Anastácio Henriques. _____

_____ – **Vereadores:** _____

_____ – Hugo André Silva Ferreira Santarém _____

_____ – Alexandre Hilário Afonso Gameiro Pires _____

_____ – José Luís Gomes Ramos _____

_____ – Sónia Carla Horta Bento _____

_____ – Nuno Miguel Costa Silva _____

_____ **Faltou o Deputado:** _____

_____ – Eurico Frazão Justo, Presidente da Junta de Freguesia de Serra de Santo António. ____

_____ **Pelas vinte e uma horas e cinco minutos, a Senhora Presidente da Assembleia lembrou que, e conforme o artigo 79.º do Regimento desta Assembleia, há dois períodos para intervenção do público, sobre assuntos de interesse público relacionados com o Município. Assim, deu a palavra aos elementos do público presentes e que tinham manifestado intenção de intervir. ____**

_____ **Solicitou do uso da palavra a Senhora Maria João Rodolfo.** _____

_____ **Questionou sobre a política de transportes públicos, concretamente sobre o projeto “Transporte a Pedido”.** Informou que a população não tinha conhecimento da existência deste serviço.

_____ Questionou se existiam dados de adesão ao serviço e se seria possível reforçar-se a divulgação. _____

_____ **Sobre o ambiente,** informou que na quinta-feira anterior à presente Sessão de Assembleia, pela 1 hora da manhã, sentiu-se um cheiro nauseabundo, desde a Rotunda do Intermarché, até à Rotunda do São Pedro, com maior intensidade junto ao Miradouro Joaquim Ramos Vieira. _____

_____ **Sobre a política de recursos hídricos,** informou que, no domingo anterior à realização da presente reunião, junto da Azenha, em Filhós, Moseiro e em Vaqueiros (Secalina), se verificou contenção de água com cheiro a “podre”, peixes mortos e alguma turvação da água. Questionou sobre a origem e que medidas se iriam tomar. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que, sobre o **Transporte a Pedido,** era da opinião de que deveria existir uma comunicação mais proativa, principalmente com o apoio das Juntas de Freguesia. Disse que iria reunir com responsável por este projeto na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Informou que se teriam de fazer sessões de divulgação nas dez freguesias, chamando-se a população mais idosa a participar nas ações de divulgação. _____



_____ **Sobre os episódios de mau cheiro, o Senhor Presidente da Câmara** constatou que ainda se verificam muitos episódios noturnos e alguns mais pontuais no período diurno, fruto de processos de dessulfurização mal feitos. Informou terem sido instaurados vários autos de contraordenação que, em último caso, poderiam levar ao encerramento de empresas. _____

_____ Sobre os maus cheiros noturnos, informou que o cheiro vindo da ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais – estava controlado, fruto das recentes obras. _____

_____ Sobre o aterro de lamas, considerava-o como um grande passivo ambiental. O aterro estava localizado a 500/600 metros da população e não foi considerado investimento prioritário no Plano de Investimentos do Sistema de Tratamento de Alcanena. _____

_____ A seu ver, seria necessário fazer-se a retirada das lamas do Concelho, sendo importante contabilizar-se os custos que tal iria ter na indústria, até porque a TGR – Taxa de Gestão de Resíduos era cada vez mais pesada para a AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento, E.M, S.A.

_____ Relativamente ao aterro de raspas azuis, apesar de dizerem que não era fonte emissora de maus cheiros, tinha as suas dúvidas quanto a tal. _____

_____ Sobre os acontecimentos denunciados no Rio Alviela, informou que a ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais – esteve a funcionar na sua plenitude. Esclareceu que, durante o verão, os resíduos se acumulam no leito da Ribeira do Carvalho. Com as chuvadas que se verificaram, os resíduos foram mexidos e acumularam-se na primeira represa que encontraram, no caso em concreto, na Azenha em Filhós. _____

_____ Procedeu-se à medição dos níveis de oxigénio, verificando-se um nível muito abaixo das necessidades. No entanto, mais abaixo, na Secalina, os níveis de oxigénio já estavam quase dentro do normal. _____

_____ Esta situação, levava a questionar se fazia sentido ou não, a existência de açudes obsoletos, cuja remoção era defendida a nível europeu. _____

_____ Salientou, no entanto, que o problema de base vinha da ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais – que não cumpria com a licença de descarga, daí a necessidade dos investimentos.

_____ **Não havendo mais questões por parte do público presente, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, a Senhora Presidente da Assembleia** solicitou a inclusão de um Ponto na Ordem de Trabalhos, referente ao representante no Congresso da Associação Nacional de Municípios, que se iria realizar no dia seguinte à presente reunião. _____

_____ Esclareceu que a própria e nenhum dos Secretários da Assembleia Municipal poderiam estar presentes. Por outro lado, importava nomear um representante dos Presidentes de Junta de Freguesia. Nesse sentido, solicitou à Assistente Administrativa da Câmara Municipal, Rosa Correia, que enviasse email a todos os Presidentes de Junta, para que se pudessem articular entre si, no sentido de agilizar o processo de escolha. _____

_____ **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, António**



Silva, esclareceu que houve articulação entre os Presidentes de Junta de Freguesia, mas não existiu disponibilidade de nenhum. _____

_____ **A Senhora Presidente da Assembleia** questionou os representantes das Bancadas se alguém pretendia acompanhar o Senhor Presidente da Câmara ao Congresso. _____

_____ O Grupo de Cidadãos por Alcanena – Um Concelho com Futuro, não nomeou ninguém, a CDU – Coligação Democrática Unitária, na pessoa do Deputado Ivo Santos, informou que era altamente contra o evento, pelo que não iria ninguém e o Partido Socialista, na pessoa da Deputada Carla Batista, informou que também não iria ninguém da Bancada. _____

_____ Em suma, o Ponto não foi incluído na Ordem de Trabalhos. _____

_____ **Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal** fez a leitura da correspondência recebida e enviada. _____

_____ Ressalvou a Proposta de Voto de Pesar apresentada pelo Partido Socialista, pelo falecimento do Senhor Joaquim Pereira Henriques, a qual foi enviada para todos os Deputados e propôs que o Voto apresentado pelo Partido Socialista fosse adotado por toda a Assembleia. _____

_____ O Voto de Pesar é do seguinte teor: _____

_____ **“VOTO PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR JOAQUIM PEREIRA HENRIQUES**

_____ Joaquim Pereira Henriques nasceu em 16 de março de 1922 em Alcanena. Foi o primeiro presidente da Câmara Municipal eleito democraticamente após o 25 de Abril de 1974, exercendo o cargo em dois mandatos, 1977-1980 e 1983-1986, tendo exercido ainda um mandato como Vereador no período de 1980-1983, representando o Partido Socialista. Foi ainda candidato a Presidente, nas eleições autárquicas de 1985 pelo Partido Renovador Democrático. _____

_____ Ao nível associativo, Joaquim Pereira Henriques foi atleta do Sport Lisboa e Fonte do Outeiro, do União Operário Futebol Clube de Alcanena e do Atlético Clube Alcanenense, cuja equipa fundadora integrou. Passou ainda pelo grupo “Malta Brava” e pela Direção do Centro de Bem-Estar Social de Alcanena, da qual foi vice-presidente em dois mandatos. _____

_____ Joaquim Pereira Henriques faleceu no passado dia 27 de agosto, aos 101 anos de idade, deixando um legado de cidadania. _____

_____ Reconhecendo a elevada dedicação e empenho de Joaquim Pereira Henriques à causa pública, propõe-se que esta Assembleia Municipal delibere: _____

_____ – Aprovar o VOTO DE PESAR apresentado; _____

_____ – Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem. _____

_____ Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Alcanena. _____

_____ Alcanena, 29 de setembro de 2023.” _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** – Aprovado o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Joaquim Pereira Henriques, seguindo-se um minuto de silêncio em sua homenagem.

_____ Seguidamente, a **Senhora Presidente da Assembleia** informou que o atendimento ao



município passou a ser à 2.^a feira, mediante marcação prévia. _____

_____ Informou ter recebido a Senhora Dona Helena Carvalho, invisual. Informou que a municípe se tinha candidatado a apoio para custear obras de acessibilidade à sua habitação, porque se avizinhava mais um inverno e as obras ainda não se tinham iniciado. Para se inteirar da situação, falou com o Chefe da Divisão da DPGOM – Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais – que informou que a candidatura estava entregue à Engenheira Joana Silva e que averiguar a situação, ainda que a Engenheira Joana Silva estivesse de férias até ao dia 9 de outubro. Iria dar informação à Senhora Dona Helena Carvalho do ponto de situação. _____

_____ **A Senhora Presidente da Assembleia** deu conhecimento da pré-proposta de agendamento das próximas Sessões da Assembleia, a saber: _____

_____ - 15 de dezembro de 2023; _____

_____ - 23 de fevereiro de 2024; _____

_____ - 19 de abril de 2024; _____

_____ - 21 de junho de 2024; _____

_____ - 27 de setembro de 2024; _____

_____ - 13 de dezembro de 2024. _____

_____ **O Deputado Silvestre Pereira** propôs que a Proposta de Orçamento fosse enviada com antecedência aos Membros da Assembleia Municipal, para que pudesse ser discutida no âmbito da Comissão criada para o efeito. _____

_____ Seguidamente, o **Deputado Silvestre Pereira** questionou sobre o ponto de situação de candidatura apresentada para Reabilitação do Rio Alviela. _____

_____ No respeitante ao projeto “**Transporte a Pedido**”, informou partilhar da opinião de que a taxa de adesão ao serviço era muito baixa. A seu ver, seria importante a mobilização das Juntas de Freguesia e até das IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social, através de estabelecimento de Protocolos. _____

_____ Em relação aos maus cheiros e incumprimentos referidos pelo Senhor Presidente da Câmara, disse ser da opinião de que deveria ser exposto, publicamente, quem estava a incumprir. _____

_____ Sobre o aterro de lamas, disse ser da opinião que o assunto deveria ser discutido em sede própria, no sentido de se recolher os devidos contributos. _____

_____ **Solicitou do uso da palavra o Deputado Ivo Santos.** Sobre o supermercado que se iria instalar no Concelho, teve conhecimento de que estavam a ser depositadas as terras retiradas de aterro e colocadas em local não autorizado para o efeito. Questionou se se fez algo para o travar e se não seria possível a colocação dessas terras em pedreiras desativadas. _____

_____ No respeitante ao episódio de mortandade de peixes na zona da Azenha, em Filhós, ainda que não tivesse sido identificado o foco de poluição, deixaram-se os peixes no mesmo local a apodrecer. _____

_____ Clarificou não ser concordante com a remoção dos açudes e, muito menos, que os mesmos



sejam considerados como problema ambiental. Deu como o exemplo os existentes no Rio Alviela, nomeadamente Ponte da Ferreira, Vigário e Ponte da Pedra, que eram muito apreciados pela população.

_____ A defesa do Alviela advinha da preservação do seu património e pela importância histórica do mesmo, a não ser que a poluição fosse um problema para ficar. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara**, em resposta ao Deputado Ivo Santos, esclareceu que o episódio descrito não teve origem na ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena. A fiscalização da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento, E.M, S.A. – esteve presente no local, recolheu água em vários pontos do Rio, que poderiam, inclusive, ser divulgados. _____

_____ Obviamente que a poluição a jusante do Rio Alviela advinha da ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais, ainda que a sua performance fosse boa, em função das tecnologias de que dispunha. Ainda assim, não conseguia cumprir com os parâmetros da licença de descarga. Pretendia-se lançar concurso público, para um investimento de cerca de 8 a 9 milhões de euros, que permitisse a diminuição da CQO - Carência Química de Oxigénio _____

_____ Também não se sabia se a solução teria de passar pelo encerramento da indústria de curtumes e, mais cedo ou mais tarde, teria de existir essa discussão em fórum próprio. _____

_____ Sobre o **depósito ilegal de terras** informou que foi acionada a fiscalização e levantados os devidos autos de contraordenação, por deposição de terras em locais não autorizados. Como era do conhecimento, as terras careciam de ter destino próprio. _____

_____ **Sobre a remoção de açudes**, a sua opinião é que se deveria olhar para o Rio Alviela e para o seu potencial de bacia, que não estava a ser rentabilizada. _____

_____ **Sobre o incumprimento por parte da indústria de curtumes**, esclareceu que a indústria de curtumes Boaventura era uma das que, sistematicamente, não cumpria com o Regulamento. O próprio Presidente ligou ao gerente da empresa, que se queixou de “perseguição”, pelo conjunto de autos de contraordenação levantados. O Presidente pediu aos serviços jurídicos que apressassem os processos e disse ser concordante com o Deputado Silvestre Pereira, quanto ao escrutínio. Deste processo, ressaltava o facto de muitas empresas serem cumpridoras. _____

_____ **O Deputado Silvestre Pereira**, sobre a remoção de açudes no Rio, disse ser um assunto que não era de opinião unânime e que deveria, igualmente, ser discutido em sede própria. Para existir água era importante existir algum meio de retenção. Levar a água toda para o Tejo, a seu ver, não parecia a solução mais adequada. _____

_____ Discordou do afirmado pelo Senhor Presidente da Câmara que o problema vinha só da ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena. Bastava que houvesse uma descarga de apenas 10 minutos, oriunda de outro sítio que não a ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, para que existissem estragos. _____



ORDEM DO DIA

_____ **Pelas vinte e uma horas e cinquenta minutos, a Senhora Presidente da Assembleia deu início à Ordem do Dia.** _____

_____ **PONTO 1 – Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, respetiva Situação Financeira e Relação de Processos Judiciais em curso. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente, para conhecimento, a Informação referência 23734/2023, datada de 25 do corrente mês de setembro, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, sobre a atividade do Município no período decorrido desde a data da anterior Sessão da Assembleia Municipal até à corrente Sessão da Assembleia Municipal e respetiva Situação Financeira, bem como a Relação dos Processos Judiciais em curso com indicação da fase processual em que se encontram. _____

_____ **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** fez o enquadramento da informação.

_____ **O Deputado Nuno Marques** solicitou informação mais completa sobre o ponto de situação de determinados processos, dando como exemplo um que refere “declaração de nulidade”, processos 16 e 17. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu tratar-se de deliberações tomadas em reunião de Câmara, em 2007, referentes a licenciamentos ilegais de habitações e que o atual PDM – Plano Diretor Municipal veio permitir a sua regularização. _____

_____ **O Deputado Silvestre Pereira**, na sequência do que vinha solicitando em sessões anteriores, considerou que seria importante que o Senhor Presidente fizesse uma síntese do mais importante e relevante a destacar da informação remetida. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, sobre a Atividade do Município, respetiva Situação Financeira e Relação de Processos Judiciais em curso. _____

_____ **PONTO 2 – ATAS:** _____

_____ – **Ata n.º 3/2023, da Sessão Ordinária, realizada no dia 23/06/2023 (Para deliberação)**

_____ Presente a Ata n.º 3/2023, da Sessão de Ordinária, realizada no dia 23 de junho de 2023, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido distribuída, previamente, a todos os Membros da Assembleia Municipal. _____

_____ **Deliberação tomada por maioria, com seis abstenções e vinte e um votos a favor:** Aprovada a Ata n.º 3/2023, da Sessão de Ordinária, realizada no dia 23 de junho de 2023. _____

_____ **Abstiveram-se** os Deputados Ivo Santos, Sónia Martins, Inácia Rodrigues, Carla Batista, Pedro Calado e Marco Serra. _____

_____ – **Ata n.º 4/2023, da Sessão Extraordinária, realizada no dia 21/07/2023 (Para deliberação)** _____



_____ Presente a Ata n.º 4/2023, da Sessão de Extraordinária, realizada no dia 21 de julho de 2023, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido distribuída, previamente, a todos os Membros da Assembleia Municipal. _____

_____ **Deliberação tomada por maioria, com cinco abstenções e vinte e dois votos a favor:** Aprovada a Ata n.º 4/2023, da Sessão de Extraordinária, realizada no dia 21 de julho de 2023. _____

_____ **Abstiveram-se** os Deputados Carla Ramos, Sónia Martins, Pedro Calado, Nuno Marques, Paulo Frazão. _____

PONTO 3 – Transferência de Competências no Domínio da Saúde - Aceitação do Auto de Transferência. Documento ref.ª 16173/2023. (Para deliberação) _____

_____ Presente a Proposta referência 16173/2023, datada de 28 do corrente mês de setembro, enviada pela Câmara Municipal, solicitando a esta Assembleia que delibere aprovar a aceitação do Auto de Transferência de Competências no Domínio da Saúde, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde, ao abrigo dos artigos 13º e 33º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, com efeito a partir de 1 de outubro de 2023. _____

_____ A referida Proposta foi aprovada na Reunião de Câmara de 03 de julho último. _____

_____ **A Senhora Presidente da Assembleia** fez o enquadramento da proposta. Referiu que, tanto a Câmara Municipal como a Assembleia Municipal votaram desfavoravelmente, no primeiro trimestre de 2023, quanto à não aceitação da Transferência de Competências na Área da Saúde, pelas razões invocadas no documento. _____

_____ Decorreram sessões de negociação e discussão, que levaram à proposta ora apresentada, com um aumento das verbas a transferir, no montante de 296.877,53€ (duzentos e noventa e seis mil oitocentos e setenta e sete euros e cinquenta e três cêntimos). _____

_____ Propõe-se, agora, a aceitação da Transferência das Competências. _____

_____ **Solicitou do uso da palavra a Deputada Carla Batista.** Referiu que, dado que o assunto já tinha sido, largamente, falado, o Partido Socialista iria votar favoravelmente. Tal como sempre defendido, o Partido Socialista considerava que se deveria ter votado favoravelmente a Transferência de Competências e, a partir daí, proceder-se à negociação, o que se tinha, agora, verificado. _____

_____ O princípio foi aceite e, por via da negociação, foi possível conseguir-se, não as ótimas, mas as condições possíveis. O ótimo era inimigo do bom. _____

_____ **O Deputado Ivo Santos** questionou se o acordo alcançado satisfazia o Executivo Municipal. Questionou se já existia um modelo de USF – Unidade de Saúde Familiar e, dado que apenas se previa a requalificação dos edifícios dos Centros de Saúde de Alcanena e Minde, questionou o que estava previsto para as Extensões de Saúde ou se as mesmas iriam ser encerradas, de vez. _____

_____ A informação remetida continha um conjunto de dados relevantes quanto aos trabalhadores transferidos, nomeadamente, nome e números de contribuinte, que eram desnecessários constar, por



motivos de proteção de dados. Bastava que constasse a categoria e o número de trabalhador. _____

_____ Deixou, para reflexão, por que razão a saúde se encontrava em tão mau estado. O Estado desinvestiu nos trabalhadores da saúde. Exemplificou com o facto de um assistente operacional auferir 1,56€ (um euro e cinquenta e seis cêntimos) acima da remuneração mínima mensal garantida. _____

_____ **Solicitou do uso da palavra o Presidente da União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro, Edgar Pereira.** Esclareceu que a aceitação da Transferência de Competências pressupunha vir acompanhada de envelope financeiro e, também, de aspetos mais técnicos. Num curto/médio prazo, iriam existir edifícios renovados, mas sem técnicos que dessem uma resposta condigna. A saúde era feita de recursos humanos. Custava-lhe assistir à degradação do Serviço Nacional de Saúde, o Partido Socialista estava a amputar e a matar o seu próprio filho. A ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo – vinha demonstrando uma total incompetência da gestão do Serviço Nacional de Saúde. _____

_____ Questionou a quem poderia um Presidente de Junta ou União de Freguesias apresentar os problemas das suas populações. Seria com a Câmara Municipal? Com o ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo? Com o Diretor do Centro de Saúde, caso ele existisse? Não estava definido com quem se poderia falar. _____

_____ **O Presidente da Junta de Freguesia de Monsanto, Samuel Frazão,** questionou se estava prevista alguma intervenção nas extensões de saúde, considerando, até, que estavam a ser transferidos dois veículos para o município. _____

_____ **Solicitou do uso da palavra o Deputado Duarte Fonseca.** Questionou qual foi o valor de transferências previsto inicialmente, no sentido de se poder fazer uma comparação entre o proposto inicialmente e o agora proposto, após negociação. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu ter-se tratado de uma negociação entre Associação Nacional de Municípios Portugueses e ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. _____

_____ **Em resposta ao Deputado Ivo Santos, o Senhor Presidente da Câmara** disse não estar minimamente satisfeito com o acordo. Efetivamente, não eram obrigados a assinar o acordo e não concordava com a Deputada Carla Batista que, após assinatura do mesmo é que se iria iniciar as negociações, situação que aconteceu na Educação e, por tal facto é que não tinha a obra da Escola Secundária de Alcanena realizada. _____

_____ A assinatura do presente Protocolo foi das decisões mais difíceis que teve de tomar no seu mandato, pois odiava ser chantageado. Porque, para ter dinheiro para reabilitar os Centros de Saúde tinha de aceitar assinar o Protocolo. _____

_____ O novo aviso do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, iria prever 1.200.000,00€ (um milhão e duzentos mil euros), acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, para reabilitação do Centro Saúde de Alcanena e cerca de 500.000,00€ (quinhentos mil euros), acrescido de IVA – Imposto



sobre o Valor Acrescentado, para reabilitação do Centro de Saúde de Minde. Se os edifícios estivessem em boas condições, não aceitava a assinatura do Protocolo. _____

_____ No entanto, mantinha-se o problema gravíssimo da falta de médicos em todo o Médio Tejo.

_____ Houve uma gestão ruínosa da ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. O próprio pediu a demissão da administração da ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. Há dez anos que se conhecia o problema e não se formaram médicos atempadamente. O mesmo não fez a ARS Norte – Administração Regional de Saúde do Norte. _____

_____ Ter-se-iam de tomar decisões: as Unidades Locais de Saúde iriam juntar os cuidados primários com os Hospitais e a ARS – Administração Regional de Saúde iria extinguir-se. As Unidades Locais de Saúde teriam outro estímulo e outra flexibilidade para contratação rápida. Os médicos estavam a ser recrutados pelo estrangeiro, sem que ressarcissem o País do investimento que este fez nos profissionais de saúde. _____

_____ **Em resposta ao Presidente da União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro**, esclareceu que o interlocutor com as Juntas de Freguesia seria a Unidade Local de Saúde.

_____ As Unidades Locais de Saúde, do ponto de vista teórico faziam sentido, mas, na prática, poderiam não funcionar. _____

_____ O cenário transmitido ao Presidente da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo era dantesco. O encerramento de urgências era cada vez mais próximo, porque se permitiu que os médicos saíssem para os hospitais privados. _____

_____ **Em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Monsanto**, disse que o que fazia sentido era a existência de uma Unidade de Saúde Familiar. Sem médicos, não era possível existirem Extensões de Saúde. O que mais importava era que existissem serviços disponíveis, nem que, para tal, tivesse de encontrar soluções de transportes para Alcanena ou Minde. _____

_____ **O Deputado Ivo Santos** respondeu não ter ficado muito esclarecido quanto ao modelo de Unidade de Saúde Familiar nem quanto à finalidade a dar às Extensões de Saúde. _____

_____ Continuou dizendo que se falou de chantagem, mas falou-se, igualmente, de opção política. A opção política do atual Executivo foi a renovação dos edifícios dos Centros de Saúde. Alguém, depois, teria de decidir se iriam existir, ou não, médicos disponíveis, A seu ver, as justificações apresentadas pelo Senhor Presidente da Câmara eram de demagogia pura. Haveria edifícios renovados sem médicos e unidades móveis de saúde, mas com extensões encerradas. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** afirmou nunca ter conhecido pessoa tão demagoga como o Deputado Ivo Santos. Reuniu com o próprio no seu gabinete, circunstância em que manteve a sua atitude de demagogia. _____

_____ **O Deputado Ivo Santos**, em sua defesa, referiu tratar-se de intervenções políticas com as quais não se pessoalizava. Relativamente à referência a reuniões privadas, disse não ser de bom tom trazer o assunto para uma reunião de Assembleia Municipal. _____



_____ **Deliberação tomada por maioria, com dois votos contra, duas abstenções e vinte e três votos a favor:** - Aprovada a aceitação do Auto de Transferência de Competências no Domínio da Saúde, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde, ao abrigo dos artigos 13.º e 33.º, da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, com efeito a partir de 1 de outubro de 2023. _____

_____ **Votaram contra** os Deputados Ivo Santos e Edgar Pereira. _____

_____ **Abstiveram-se** os Deputados João Calçada e Duarte Fonseca. _____

PONTO 4 – Transferência de Competências de Gestão do Património Imobiliário Público sem Utilização para os Municípios – Fábrica de Covão do Coelho. Documento ref.ª 21393/2023. (Para deliberação) _____

_____ Presente a Proposta referência 21393/2023, datada de 31 de agosto findo, enviada pela Câmara Municipal, solicitando a esta Assembleia que aprove a aceitação da Transferência de Competências de Gestão do Património Imobiliário Público, referente ao P_30.10.30/36522 - 21-OB-56 | Prédio Urbano – Antiga Fábrica de Covão do Coelho, ao abrigo do artigo 16.º, da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e nos termos do Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 novembro, ratificando a deliberação da Câmara Municipal, tomada na Reunião de 04 de setembro corrente. _____

_____ **A Senhora Presidente da Assembleia** fez o enquadramento da proposta. O imóvel em questão foi avaliado em 170.000,00€ (cento e setenta mil euros) e a transferência era efetivada por 50 anos. _____

_____ **O Deputado Silvestre Pereira** questionou se, com a presente deliberação, ficava encerrado o processo ou se ainda existiam mais imóveis a regularizar. _____

_____ **O Deputado Duarte Fonseca** questionou a finalidade do imóvel e qual a capacidade que o Município iria reservar para investir no imóvel, salvaguardando-se que a obra efetuada não iria reverter para ninguém. _____

_____ **O Deputado Ivo Santos** destacou a importância do Movimento Associativo e do apoio que a Autarquia dava às Coletividades. _____

_____ Questionou se o investimento cumpria com as necessidades das Coletividades que irão ser instaladas no espaço. Com o investimento que iria ser efetuado na Fábrica de Cultura, era necessário o investimento no edifício em questão? _____

_____ Referiu que deveria existir igualdade de tratamento entre Coletividades. O Município deveria, ou assumir para todas ou para nenhuma, as despesas com água, eletricidade, entre outras. Acrescentou que existiam Coletividades sedeadas em instalações Municipais em condições bastantes degradadas.

_____ Questionou quais eram as prioridades, qual a estratégia de intervenção. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que o processo negocial se iniciou no anterior Executivo. O edifício a ser transferido estava em estado razoável, as obras seriam efetuadas mediante



avaliação e as Associações seriam as responsáveis pelo pagamento da água e eletricidade. _____

_____ Para já, a posse do edifício seria por 50 anos e ficaria ao serviço da comunidade. _____

_____ Relativamente aos restantes imóveis, o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, manifestou interesse em ficar nos imóveis existentes no Espinheiro e pelas Casas dos Magistrados. _____

_____ **O Deputado Ivo Santos** disse não ter condições para votar o documento. Refere um orçamento, para o qual existiam dúvidas. Disse não ser contra as Coletividades ocuparem o espaço e não pagarem eletricidade e água, mas sim contra a dualidade de critérios entre Coletividades. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu ao Vereador Ivo Santos que quando o edifício passar para a Câmara Municipal, o Município não assumirá as despesas de eletricidade, água ou gás.

_____ Informou que não era intenção do Município investir, de imediato, 800.000,00€ (oitocentos mil euros) no imóvel. Ir-se-ia, paulatinamente, criar condições para as coletividades lá se instalarem.

_____ **O Deputado Silvestre Pereira** disse não ver inconveniente na transferência do imóvel _____

_____ **A Presidente da Junta de Freguesia de Minde, Fátima Ramalho**, reconheceu a importância que o imóvel iria ter para as Coletividades do Covão do Coelho. _____

_____ **Deliberação tomada por maioria, com um voto contra e vinte e seis votos a favor:** -
Aprovada a aceitação da Transferência de Competências de Gestão do Património Imobiliário Público, referente ao P_30.10.30/36522 - 21-OB-56 | Prédio Urbano – Antiga Fábrica de Covão do Coelho, ao abrigo do artigo 16.º, da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e nos termos do Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 novembro, ratificando a deliberação da Câmara Municipal, tomada na Reunião de 04 de setembro corrente. _____

_____ **Votou contra** o Deputado Ivo Santos. _____

_____ **PONTO 5 – 4.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e da Receita e Grandes Opções do Plano – Ano de 2023. Documento ref.ª 22913/2023. (Para deliberação)** _____

_____ Presente a Informação referência 22913/2023, datada de 15 de setembro corrente, enviada pela Câmara Municipal, remetendo os Documentos da Proposta de 4.ª Revisão Orçamental ao Orçamento da Receita e da Despesa e Grandes Opções do Plano, referentes ao ano de 2023. _____

_____ Em termos globais a Revisão Orçamental proposta representa um acréscimo de € 78.006,00 (setenta e oito mil e seis euros), quer no Orçamento da Receita, quer no Orçamento da Despesa, passando a previsão orçamental de 2023, para o valor global de € 24.217.867,94 (vinte e quatro milhões, duzentos e dezassete mil e oitocentos e sessenta e sete euros e noventa e quatro centavos), considerando que à previsão orçamental inicial aprovada, de € 20.717.132,00 (vinte milhões, setecentos e dezassete mil e cento e trinta e dois euros) já foi acrescido, através da 1.ª Revisão ao Orçamento, o valor de € 946.776,94 (novecentos e quarenta e seis mil e setecentos e setenta e seis euros e noventa e quatro centavos), através da 2.ª Revisão ao Orçamento, o valor de € 1.318.908,00 (um milhão, trezentos e dezoito mil e novecentos e oito euros) e através da 3.ª Revisão ao Orçamento, o valor de € 1.157.045,00



(um milhão, cento e cinquenta e sete mil e quarenta e cinco euros), ou seja, este aumento agora proposto representa um aumento de 0,38% relativamente à previsão inicial. _____

_____ **A Senhora Presidente da Assembleia** fez o enquadramento do proposto. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** Aprovada a Quarta Revisão Orçamental ao Orçamento da Receita e da Despesa e Grandes Opções do Plano, referente ao ano de 2023. _____

_____ Em termos globais a Revisão Orçamental proposta representa um acréscimo de € 78.006,00 (setenta e oito mil e seis euros), quer no Orçamento da Receita, quer no Orçamento da Despesa, passando a previsão orçamental de 2023, para o valor global de € 24.217.867,94 (vinte e quatro milhões, duzentos e dezassete mil e oitocentos e sessenta e sete euros e noventa e quatro cêntimos), considerando que à previsão orçamental inicial aprovada, de € 20.717.132,00 (vinte milhões, setecentos e dezassete mil e cento e trinta e dois euros) já foi acrescido, através da 1.ª Revisão ao Orçamento, o valor de € 946.776,94 (novecentos e quarenta e seis mil e setecentos e setenta e seis euros e noventa e quatro cêntimos), através da 2.ª Revisão ao Orçamento, o valor de € 1.318.908,00 (um milhão, trezentos e dezoito mil e novecentos e oito euros) e através da 3.ª Revisão ao Orçamento, o valor de € 1.157.045,00 (um milhão, cento e cinquenta e sete mil e quarenta e cinco euros), ou seja, este aumento agora proposto representa um aumento de 0,38% relativamente à previsão inicial. _____

PONTO 6 – Constituição da Comissão Comemorativa dos 50 Anos do 25 de Abril. - Dois elementos – um jovem e um sénior – indicados por cada força política representada na Assembleia Municipal. Documento ref.ª 19334/2023. (Para deliberação)

_____ Presente a Proposta referência 19334/2923, datada de 01 de agosto findo, enviada pela Câmara Municipal, dando conhecimento de que na Reunião realizada em 07 de agosto findo, deliberou aprovar a constituição da Comissão Comemorativa dos 50 Anos do 25 de Abril, composta por: _____

_____ – Representante da Câmara Municipal, à qual presidirá – Vereadora Marlene Carvalho;

_____ – Presidente da Assembleia Municipal – Tereza Sampainho; _____

_____ – Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia do Concelho; _____

_____ – Representante do Agrupamento de Escolas de Alcanena, preferencialmente um(a) professor(a) de História; _____

_____ Luis Pedro Vieira Veiga e Telmo Inácio Bento, Militares de Abril, naturais do Concelho;

_____ – Dois elementos – um jovem e um sénior – indicados por cada força política representada na Assembleia Municipal; _____

_____ – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Curtumes do Sul; _____

_____ – Representante do Conselho Municipal do Associativismo Local. _____

_____ **A Senhora Presidente da Assembleia** fez o enquadramento da proposta. _____



_____ **O Senhor Presidente da Câmara** informou que os dois Militares foram propostos com base no conhecimento de que ambos participaram no movimento das tropas do Movimento do 25 de Abril. Caso os Senhores Deputados conhecessem mais alguém, que dessem essa informação _____

_____ Foi questionada a razão pela qual se distinguiu sénior de júnior, esclareceu que o que presidiu à sugestão foi congregar a opinião de quem viveu antes, durante e depois, com consciência. _____

_____ **O Deputado Ivo Santos** questionou por que razão se consideraram, também, um representante das Associações Juvenis do Concelho. _____

_____ **A Deputada Carla Batista** informou que existia o Conselho Municipal da Juventude. _____

_____ **Deliberação tomada por maioria, com uma abstenção e vinte e seis votos a favor:** Designar os representantes da Assembleia Municipal para Comissão Comemorativa dos 50 Anos do 25 de Abril, indicados por cada força política representada na Assembleia Municipal: _____

_____ – **Cidadãos por Alcanena – Concelho com Futuro:** _____

_____ **Membro sénior:** Lourenço Castela Rosa. _____

_____ **Membro jovem:** Duarte Pedro Cação Vieira. _____

_____ – **Partido Socialista:** _____

_____ **Membro sénior:** Aldina Rosa Mota Ramalho Marques. _____

_____ **Membro jovem:** Maria Alzira Acheqa Roque Gameiro. _____

_____ – **CDU - Coligação Democrática Unitária:** _____

_____ **Membro sénior:** António Durão Henriques Magro. _____

_____ **Membro jovem:** Carla José Mendes Pereira. _____

_____ **Absteve-se** o Deputado Ivo Santos. _____

_____ **O Deputado Ivo Santos** apresentou a seguinte Declaração de Voto. _____

_____ “Valorizamos a Comissão e o contributo positivo que irão dar para que as Comemorações sejam dignas. No entanto, existem nomes para os quais a sua escolha não está devidamente esclarecida quanto ao contributo que deram para o 25 de Abril, daí a sua abstenção. Refere-se, em concreto, aos Militares de Abril.”. _____

_____ **O Deputado Marco Serra** afirmou que o que estava a ser votado eram os representantes das diversas forças políticas para a Comissão e não os restantes nomes propostos. _____

_____ **A Senhora Presidente da Assembleia** esclareceu, também, que se estava a aprovar os representantes e não a constituição da Comissão. _____

_____ **O Deputado Silvestre Pereira** acrescentou que o debate sobre a visão do 25 de Abril e quando a Comissão estivesse a funcionar, seria uma questão de equidade para se rever as diferentes realidades face aos acontecimentos. _____

_____ **O Deputado Ivo Santos** esclareceu não se tratar de depreciação das pessoas em causa. Poderia vir acompanhado de um pequeno portfólio das mesmas, pois a falta de informação levava-nos a refletir sobre os assuntos. _____



PONTO 7 – Nomeações em regime de substituição de, Lucinda Maria Silva Simões, para ocupação do cargo de Direção Intermédia de 2.º grau (chefe de divisão) da Divisão de Desenvolvimento Organizacional, Gestão Financeira e Patrimonial; e de Maria João Café Ferreira, para ocupação do cargo de direção intermédia de 3.º grau, da Subunidade de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental – Abertura de procedimentos de recrutamento. Documento ref.ª 19582/2023. (Para deliberação)

Presente a Proposta referência 19582/2023, datada de 02 de agosto findo, enviada pela Câmara Municipal, na qual se refere que a Câmara Municipal, na Reunião realizada em 07 de agosto findo, deliberou aprovar, a nomeação em regime de substituição, ao abrigo do art.º 27.º, da Lei n.º 2/2004, de 15/01 conjugada com o art.º 19.º, da Lei n.º 49/2012, de 29/08, ambas na sua atual redação, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2023, de:

– Lucinda Maria Silva Simões, técnica superior, licenciada em economia, para ocupar o cargo de direção intermédia de 2.º grau (chefe de divisão) da Divisão de Desenvolvimento Organizacional, Gestão Financeira e Patrimonial da Câmara Municipal de Alcanena; e

– Maria João Café Ferreira, técnica superior, licenciada em Administração Pública, para o cargo de direção intermédia de 3.º grau, da Subunidade de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental.

Assim, solicita a esta Assembleia que:

1 – Autorize a abertura de procedimento concursal para a seleção dos seguintes cargos de direção intermédia, previstos em Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 172 — 8 de setembro de 2014, vagos ou a vagar:

– 1 (um) lugar para o cargo de direção intermédia de 2.º Grau (chefe de Divisão), da Divisão de Desenvolvimento Organizacional, Gestão Financeira e Patrimonial, da Câmara Municipal de Alcanena.

– 1 (um) lugar para o cargo de direção intermédia de 3.º Grau, da Subunidade de Gestão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, da Câmara Municipal de Alcanena.

2 – Aprove o nível remuneratório correspondente à remuneração base dos titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau, fixado na 6.ª posição remuneratória da carreira de regime geral de técnico superior (atualmente no montante de € 2 175,48 (dois mil cento e setenta e cinco euros e quarenta e oito cêntimos)), nos termos do disposto no art.º 4.º, da Lei n.º 49/2012, reportada aos preceitos regulamentares previsto no Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 172 — 8 de setembro de 2014.

3 – Aprove, ao abrigo das competências previstas na alínea ccc) do n.º 1, do art.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 2 do art.º 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a manutenção da atribuição do abono de despesas de representação aos titulares dos cargos de direção intermédia de 2.º grau, onde se inclui a atual proposta de nomeação, em regime de substituição (Chefe de Divisão) e



que corresponde ao montante mensal de € 203,08 (duzentos e três euros e oito cêntimos), a título daquelas despesas.

_____ **A Senhora Presidente da Assembleia** fez o enquadramento do assunto. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** _____

_____ **1** – Autorizar a abertura de procedimento concursal para a seleção dos seguintes cargos de direção intermédia, previstos em Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 172 — 8 de setembro de 2014, vagos ou a vagar: _____

_____ – 1 (um) lugar para o cargo de direção intermédia de 2.º Grau (chefe de Divisão), da Divisão de Desenvolvimento Organizacional, Gestão Financeira e Patrimonial, da Câmara Municipal de Alcanena.

_____ – 1 (um) lugar para o cargo de direção intermédia de 3.º Grau, da Subunidade de Gestão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, da Câmara Municipal de Alcanena. _____

_____ **2** – Aprovar o nível remuneratório correspondente à remuneração base dos titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau, fixado na 6.ª posição remuneratória da carreira de regime geral de técnico superior (atualmente no montante de € 2 175,48 (dois mil cento e setenta e cinco euros e quarenta e oito cêntimos)), nos termos do disposto no art.º 4.º, da Lei n.º 49/2012, reportada aos preceitos regulamentares previsto no Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 172 — 8 de setembro de 2014. _____

_____ **3** – Aprovar a manutenção da atribuição do abono de despesas de representação aos titulares dos cargos de direção intermédia de 2.º grau, onde se inclui a atual proposta de nomeação, em regime de substituição (Chefe de Divisão) e que corresponde ao montante mensal de € 203,08 (duzentos e três euros e oito cêntimos), a título daquelas despesas. _____

_____ **PONTO 8 – Comemoração do Dia Internacional da Juventude - 2023. Documento ref.ª 19419/2023.** (Para ratificação) _____

_____ Presente a Informação registo 19419/2023, datada de 02 de agosto findo, enviada pela Câmara Municipal de Alcanena, dando conhecimento de que na Reunião de Câmara de 7 de agosto findo, aprovou a isenção do pagamento das taxas de entrada nos Equipamentos Culturais e Desportivos Municipais, para os jovens até aos 29 anos (inclusive), no dia 12 de agosto de 2023, no âmbito das Comemorações do Dia Internacional da Juventude 2023. _____

_____ Assim, solicita que esta Assembleia ratifique a aprovação da referida isenção. _____

_____ **A Senhora Presidente da Assembleia** fez o enquadramento do assunto em questão. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** Aprovada a isenção do pagamento das taxas de entrada nos Equipamentos Culturais e Desportivos Municipais, para os jovens até aos 29 anos (inclusive), no dia 12 de agosto de 2023, no âmbito das Comemorações do Dia Internacional da Juventude 2023, ratificando a deliberação da Câmara Municipal, tomada na Reunião de 7 de agosto findo. _____

_____ **PONTO 9 – 1º Relatório de Monitorização e Acompanhamento dos trabalhos da Estratégia Local de Habitação de Alcanena. Documento ref.ª 20724/2023.** (Para conhecimento) _____



_____ Presente a Informação registo 20724/2023, datada de 18 de agosto findo, enviada pela Câmara Municipal de Alcanena, remetendo, para conhecimento, o 1.º Relatório de Monitorização e Acompanhamento dos trabalhos da Estratégia Local de Habitação de Alcanena. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que se alterou a estratégia aprovada, passando muitos dos imóveis identificados no Programa 1.º Direito para Habitação a Custos Acessíveis, permitindo que mais agregados possam usufruir do programa de apoio, criando-se, ao mesmo tempo, condições de excelência para crianças e jovens para se fixarem no Concelho. _____

_____ **O Deputado Silvestre Pereira** questionou se existia análise das potenciais necessidades e se estavam quantificadas as tipologias. Questionou, também, se existiria algum Regulamento, com critérios claramente definidos e aprovados, antes da atribuição das habitações. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** informou que os serviços sociais estavam a avaliar o assunto, ainda que existisse uma lei geral e o critério a seguir seria o estabelecido no Regulamento do IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. _____

_____ **O Deputado Silvestre Pereira** disse ser da opinião de que deveria existir um Regulamento Municipal. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que existiam dúvidas se, legalmente, se poderia dar preferência a concorrentes, em detrimento de outros, porque houve jurisprudência no sentido de considerar essa prática inconstitucional. Acrescia o facto de as habitações irem ser cedidas ao IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, sendo essa entidade a “dona” das habitações. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento do 1º Relatório de Monitorização e Acompanhamento dos trabalhos da Estratégia Local de Habitação de Alcanena. _____

_____ **PONTO 10 – Relatório de Acompanhamento Semestral da Atividade do Município pelo ROC – 1.º Semestre de 2023 (Para conhecimento)** _____

_____ **– Relatório de Acompanhamento Semestral da Atividade do Município pelo ROC – 1.º Semestre de 2023 – CMA (Para conhecimento)** _____

_____ **– Adenda ao Relatório de Acompanhamento Semestral da Atividade do Município pelo ROC – 1.º Semestre de 2023 (Para conhecimento)** _____

_____ Presente, para conhecimento, a carta enviada por Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., datada de 15 do corrente mês de setembro, remetendo o Relatório Semestral referente ao Primeiro Semestre de 2023, com a informação da situação económica e financeira do Município de Alcanena, a que se refere a alínea d), do n.º 2, do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro. _____

_____ Presente, também para conhecimento, uma carta da mesma Sociedade, enviada pela Câmara Municipal de Alcanena, a qual foi presente na Reunião Ordinária realizada no dia 18 de setembro corrente, remetendo o Relatório Semestral referente ao Primeiro Semestre de 2023, com a informação da situação económica e financeira do Município de Alcanena. _____



_____ Presente, ainda, para conhecimento, uma Adenda ao Relatório Semestral do ROC - Revisor Oficial de Contas, referente ao Primeiro Semestre de 2022, com a informação da situação económica e financeira do Município de Alcanena. _____

_____ **A Deputada Carla Batista** referiu que tinha sido criada Comissão para acompanhamentos dos assuntos financeiros da Autarquia. O assunto em questão deveria ter sido analisado por essa entidade. _____

_____ **A Senhora Presidente da Assembleia** respondeu que as Comissões tinham de se organizar e reunir. _____

_____ **O Deputado Silvestre Pereira** esclareceu que competia aos presidentes das comissões tomar a iniciativa de agendar as reuniões. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento do Relatório Semestral do ROC – Revisor Oficial de Contas, referente ao Primeiro Semestre de 2022, com a informação da situação económica e financeira do Município de Alcanena. _____

_____ Tomado, também, conhecimento Relatório Semestral referente ao Primeiro Semestre de 2022, com a informação da situação económica e financeira do Município de Alcanena, enviado pela Câmara Municipal de Alcanena. _____

_____ Tomado, ainda, conhecimento, da Adenda ao Relatório Semestral do ROC - Revisor Oficial de Contas, referente ao Primeiro Semestre de 2022, com a informação da situação económica e financeira do Município de Alcanena. _____

PONTO 11 – LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - Compromissos Plurianuais Assumidos no Período de 01/06/2023 a 31/08/2023. Documento ref.^a 22095/2023. (Para conhecimento) _____

_____ Presente a Informação referência 22095/2023, datada de 08 do corrente mês de setembro, enviada pela Câmara Municipal de Alcanena, remetendo, para conhecimento, a Listagem acima referida, em cumprimento da Proposta aprovada por esta Assembleia Municipal na Sessão de 02 de novembro de 2021, aquando da emissão da Autorização Prévia Genérica de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos no Período de 01/06/2023 a 31/08/2023 – LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. _____



PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

_____ **A Senhora Presidente da Assembleia, eram vinte e três horas e trinta e nove minutos,** declarou encerrada a Ordem de Trabalhos, tendo a Mesa da Assembleia, seguidamente, fixado o Período de Intervenção Aberto ao Público, sem estabelecer limite de tempo, o qual duraria até serem atendidas todas as pessoas presentes na sala, ou que, entretanto, chegassem, ou quisessem solicitar esclarecimentos. _____

_____ **Solicitou do uso da palavra o Senhor Carlos Cadete.** Iniciou a sua exposição referindo que os munícipes assistiam às sessões da Assembleia Municipal por se interessarem e preocuparem com o Concelho. No entanto, o funcionamento da Assembleia Municipal tornava difícil para o público entender o proferido pelos diversos Deputados. Atendendo a que não existia sistema sonoro que garantisse a audição perfeita de todas as intervenções, sugeriu que os Senhores Deputados Municipais tomassem um local onde o público os pudesse ouvir, ou, em última análise, que se levantassem, durante as suas intervenções. _____

_____ **A Senhora Presidente da Assembleia** tomou nota da sugestão, considerando que a própria também tivera, na presente sessão, dificuldade em ouvir as intervenções. Informou que se iria repensar o funcionamento, no sentido de dar resposta ao sugerido. _____



_____ **Pelas vinte e três horas e quarenta e cinco minutos**, foi encerrada a Sessão, tendo sido deliberado, por unanimidade, nos termos do número 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei número 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o teor da presente Ata, em Minuta, a qual foi assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. _____

_____ Lavrada a presente Ata, nos termos do n.º 1, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a mesma vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. _____

_____ A Presidente da Assembleia Municipal, _____

_____ A Primeira Secretária, _____

_____ O Segundo Secretário, _____